



PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 839 DE 17 DE AGOSTO DE 1.993.

APROVADO

EM 12 DISCUSSÃO
EM 17 / 08 / 93

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
HELIODORA - MG

Autoriza o Poder Executivo a contratar o Parcelamento de Dívida para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e dá providências correlatas.

A CÂMARA MUNICIPAL DE HELIODORA, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º.....FICA o Poder Executivo autorizado a, em nome do Município de Heliodora-MG., contratar parcelamento de dívida para com o FGTS, através da Caixa Econômica Federal, na forma da Resolução nº 100, de 26.05.93, (D.)U. de 02.06.93) do Conselho Curador do FGTS, equivalente a R\$...4.254.365.975,63 (Quatro bilhões, duzentos e Cinquenta e quatro milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, novecentos e setenta e cinco cruzeiros e sessenta e três centavos), em 12 de julho de 1.993.

Art. 2º.....PARA a garantia do principal e acessórios, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas do Fundo de Participação do Municípios-FPM e/ou ICMS- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, durante o prazo de vigência do parcelamento autorizado por esta lei.

Art. 3º.....O PODER Executivo consignará nos orçamentos anual e plurianual do Município, durante o prazo a que vier a ser estabelecido para o parcelamento, dotações suficientes à amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta lei.

Art. 4º.....ESTA Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 30 de julho de 1.993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA - MG.,

17 de agosto de 1.993.

APROVADO

EM 12 DISCUSSÃO
EM 16 / 08 / 93

JOSÉ DAMASCENO FERREIRA
Prefeito Municipal.